

RELAÇÕES DE GÉNERO NA FAMÍLIA E NA COMUNIDADE EM NAMPULA

Maputo, 2000

Por: Isabel Casimiro

Introdução

As relações de género e as transformações que nelas se têm operado passaram a constituir, a partir dos anos 70, um dos temas mais destacados nas investigações relativas à África Sub-Sahariana. Tratou-se duma tentativa, ao nível das feministas do mundo académico e das diversas organizações de mulheres, de incorporar as relações de poder entre mulheres e homens nos quadros teóricos e analíticos. Estas investigações têm revelado que não é possível continuar a falar de instituições neutras quanto às relações que se estabelecem entre os géneros, na medida em que homens e mulheres não são homogéneos, participando de maneira diversa na vida económica, social e política das suas sociedades. O estudo dos modelos de participação e dos diversos interesses e estratégias de mulheres e homens, a análise da distribuição de direitos e responsabilidades entre ambos e das suas implicações para as relações com os que os rodeiam e com a sociedade como um todo, tem obrigado a novas reconceptualizações que consideram as relações de género como uma categoria de análise integral da sociedade e não como uma categoria marginal, contribuindo, deste modo, para uma melhor compreensão da organização social e do processo social na sua totalidade (Potash 1992).

A pesquisa realizada nas últimas três décadas sobre o continente Africano, permitiu um acumular de dados sobre os modelos de participação da mulher no casamento, na família e nas relações familiares, bem como as interrelações existentes entre os modelos participativos, os interesses e o poder, contribuindo, deste modo, para uma melhor compreensão da natureza da organização social e das relações de género. Os dados obtidos revelam, por exemplo, a complexa acção recíproca dos laços intergeracionais, conjugais e sanguíneos (Potash 1992: 126). Em muitas sociedades Africanas, os laços económicos e emocionais mais importantes das mulheres e dos homens são de carácter intergeracional e não conjugal - entre as mulheres e os seus filhos e entre os homens e os seus pais, por exemplo.

Nestes estudos reconheceu-se a importância das relações de parentesco para os homens - de acesso a meios de produção, apoio na resolução de conflitos, ajuda na constituição do património, do apoio em casos de emergência, dos contactos com os antepassados, dos direitos e das obrigações recíprocas. Todavia, o modo como as mulheres usam as relações de parentesco, não merecia o mesmo tipo de atenção. Ao que parece, as mulheres recorrem, muitas vezes, ao parentesco para ter apoio em termos de trabalho, ao nível das actividades domésticas, da *machamba*, do comércio, etc., recorrendo aos laços intergeracionais (Potash 1992: 128-129). A capacidade que as mulheres têm, por exemplo, para tomar certas decisões em relação a actividades comerciais - próximas do local de residência ou afastadas - depende do tipo de ajuda de que dispõem, por parte da família alargada, depende de com quem podem deixar as crianças menores e do apoio dos seus filhos mais velhos ou doutros membros familiares, que realizam algumas actividades domésticas, da *machamba*, da recollecção, etc.. Pode depender também do tipo de casamento realizado, do ciclo de vida da mulher e do seu estatuto. Portanto, os dados existentes revelam que não tem sido dado o mesmo

destaque à vida das mulheres, mas reconhece-se que há diversos factores que intervêm na sua capacidade de tomar diferentes tipos de decisões, que digam respeito à sua vida, à vida dos seus filhos, ou à da família. Estes factores estão relacionados com a vida em meio urbano ou rural, com o grupo étnico, com a crença religiosa professada pelo grupo familiar, com o estatuto, com a posição social, com o sexo, com o ciclo de vida, com o tipo de casamento, com as relações com a família e, por último, com as possibilidades de obter apoio de membros diversos da família (Potash 1992; Casas et al 1998).

Os discursos da dominação e a crítica feminista da ciência

Ao analisar criticamente os trabalhos produzidos sobre o continente Africano, apercebemo-nos que a linha condutora dos seus discursos assentava, muitas das vezes, em paradigmas de desenvolvimento masculinos e sexistas. Duma maneira geral estes paradigmas subestimavam o papel que as mulheres desempenharam em todos os aspectos da história do continente, mascarando as suas actividades num véu de intemporalidade, reduzindo-as a seres humanos trans-históricos, fora das dinâmicas do desenvolvimento (Scott, 1995; McFadden, 1998; Zeleza, 1998). As mulheres permaneceram marginais à construção do desenvolvimento como intelectuais e como experiência prática. “*O desenvolvimento era sobre os homens, pelos homens e para os homens*”, ou seja, “*uma negação de voz e agência em relação aos actores não oficiais do desenvolvimento, sobretudo no caso das mulheres*” (Kabeer 1995: xi).

A principal realização da Década das Nações Unidas sobre a Mulher (1975-85), foi a abertura de espaços políticos que possibilitaram o surgimento de organizações de base informais, associações e movimentos de nível nacional, regional e internacional. No continente Africano e, depois da III Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Nairobi, Kenia (1985), mas sobretudo, na década de 90, grupos de mulheres começaram a falar na primeira pessoa e não pela voz e interpretação das mulheres do Norte, ou dos dirigentes Africanos masculinos. Este movimento conduziu a um desafiar e a uma reconceptualização de perspectivas e de conceitos, métodos e epistemologias seguidas pelo mundo desenvolvido na interpretação do Terceiro Mundo e, a questionar os paradigmas do desenvolvimento, estivessem eles associados ou não às diversas escolas Africanas de pensamento (McFadden, 1998).

O surgimento e o crescimento do movimento de mulheres em África e no mundo, bem como a crise no desenvolvimento da teoria e da prática convencional, e o surgimento de projectos de desenvolvimento focados nas mulheres são apontados como factores que conduziram a que, durante as últimas duas décadas, se verificasse um crescimento rápido na literatura sobre as mulheres Africanas, elaborada por especialistas Africanos ou estrangeiros, de ou fora do continente. Uma análise mais detalhada da literatura sobre África leva-nos, contudo, a constatar que, as mulheres continuam em larga medida invisíveis ou mal representadas na corrente central da história: as mulheres não estão presentes; são tratadas como naturalmente inferiores e subordinadas e como eternas vítimas da opressão masculina; são apresentadas as imagens de mulheres rainhas, notáveis, heróicas; ou então é-nos transmitida uma visão romântica, em que os papéis de mulheres e homens se complementavam numa África pré-colonial harmoniosa e cheia de virtudes, que o islamismo e o colonialismo transformaram (Imam 1988; Tadesse 1988; Zeleza 1997; McFadden 1998).

O papel dos movimentos feministas em África nestas duas últimas décadas foi no sentido de reentrar nos paradigmas do desenvolvimento e criticar a adopção de grelhas esquemáticas nas quais o desenvolvimento foi conceptualizado e transposto. O principal desafio para as feministas¹ Africanas foi de como resgatar a história das mulheres sem cair nos erros que foram sendo apreendidos a partir do questionamento e da prática dos paradigmas e das concepções que dominaram a corrente central da historiografia Africana, assim como dos diferentes movimentos feministas Ocidentais, a partir dos anos 60-70. A corrente central da historiografia Africana, a partir da década de 60, foi dominada sobretudo por quatro paradigmas: a Escola Nacionalista, a Escola do Subdesenvolvimento ou da Dependência, a Escola Marxista e a Escola Neo-Liberal, havendo a coexistência de uma ou mais, num ou noutro momento, durante as últimas três décadas (Imam 1988; Tadesse 1988; Mafege 1992; Mkandawire 1992; Scott 1995; Zeleza 1988).

Mas se nenhum dos paradigmas característicos da historiografia do continente Africano tem em consideração a história e as experiências das mulheres - o que tem conduzido as feministas Africanas, não apenas a recuperar a história das mulheres, mas sobretudo a desenvolver novas ferramentas de análise - os modelos teóricos desenvolvidos pelo movimento feminista Ocidental não escaparam à análise do movimento feminista crítico dos países do Terceiro Mundo. Uma das principais críticas tem sido em relação aos dualismos conceptuais que tentam encaixar as vidas das mulheres no mundo das esferas da 'natureza' e da 'família', da 'reprodução', do 'privado' e do 'doméstico', do 'informal', do 'tradicional', distintos do mundo das esferas supostamente masculinas da 'cultura' e do 'trabalho', da 'produção', do 'público' e do 'político', do 'formal', do 'moderno'. A visão binária contida nestes dualismos não dá conta da interdependência e das interrelações da realidade social e dos processos, para além de que estas distinções e dicotomias não são universais, como realidades empíricas, ou como categorias conceptuais. Foram construídas num contexto histórico Europeu específico e derivam do pensamento do Iluminismo (Mbilinyi 1992; Scott 1995; Amadiume 1997; Zeleza 1998).

Muitas feministas do Terceiro Mundo criticaram algumas das suas congéneres Ocidentais pelo etnocentrismo e eurocentrismo, pela arrogância e pelo imperialismo intelectual que caracterizam os seus estudos e análises (Amadiume 1987 e 1997; Stanley 1993; Afshar e Maynard 1994; Arnfred 1995; Mulinari 1995). Acrescentam que algumas feministas Ocidentais acabaram por cair nos mesmos erros teóricos e metodológicos apontados por si em relação às análises realizadas pelos seus colegas Ocidentais (Stanley 1993; Amadiume 1997). Outros aspectos que têm merecido reflexão e crítica:

- as mulheres em África não constituem um grupo homogéneo; algumas são oprimidas, outras opressoras tendo algumas beneficiado com a escravatura e com a colonização; cada uma com a sua personalidade individual, a sua identidade e diferentes posições, de acordo com as bases culturais e os sistemas de apoio; cada mulher tem identidades múltiplas, complexas, contraditórias e em transformação, de acordo com circunstâncias diversas;

¹/ As feministas africanas são de diversos países africanos, ligadas a movimentos feministas com características diferentes, mas que se unem pelo propósito comum de desafiar as relações de género e de poder existentes, por relações mais solidárias e de reconhecimento das diferenças sem desigualdade entre mulheres e homens.

- as mulheres não foram vítimas passivas, mas sim actoras das diferentes fases históricas, engendrando estratégias de acomodação, resistência e luta, que foram mudando temporal e espacialmente e de acordo com os diferentes tipos de mulheres e das suas relações com os homens, com as mulheres, com a família, com a comunidade, com as políticas de desenvolvimento;
- as relações de género que oprimem as mulheres variam de acordo com a sua classe, com as relações de cor da pele/etnicidade e imperialistas-nacionais, com a nacionalidade, identidade de género, estatuto conjugal, idade e, sofreram transformações em diferentes momentos e contextos, de acordo com a diversidade de experiências, conflitos, ambivalências, que não podem ser encaixadas em modelos unilineares e dicotómicos;
- não se pode falar dum modelo único de unidade de produção - a família, o agregado familiar, o operário, o camponês - nem pode o agregado familiar apenas ser considerado como o centro das relações opressivas sofridas pelas mulheres; as unidades de produção e de reprodução estão embebidas de relações de género em transformação, conflito, contestação e de relações de poder;
- não se pode falar de 'uma cultura Africana', de 'uma mulher Africana' (Mbilinyi 1992: 35-36, 41-42, 45-46; Imam 1997).

No que respeita a Moçambique importa referir que, em Agosto 2000 o Centro de Estudos Africanos apresentou, num Seminário sobre Género, um “Inventário das actividades de pesquisa com abordagem de género realizadas na Universidade Eduardo Mondlane no período 1975/2000”². Neste estudo refere-se que foram inventariados 716 trabalhos para este período, entre teses, trabalhos de investigação e extensão, relatórios de consultoria, apresentações e/ou relatórios de seminários. O período de investigação mais rico é a partir de finais da década de 80 e na década de 90, o que parece estar relacionado com a existência duma massa crítica moçambicana que começa a reflectir sobre a problemática de mulher e género. Não menos importante de destacar é o facto de os assuntos de mulher e género terem entrado nas agendas das organizações internacionais a partir desta época, o que se reflectiu em Moçambique.

Relações de Género e Participação nos Processos de Tomada de Decisão

As mulheres partilham um conjunto de experiências comuns, não devido a factos supostamente biológicos, mas decorrentes das experiências de opressão comuns a todas as mulheres. Contudo, dizer que as mulheres partilham experiências de opressão não significa dizer que todas nós mulheres partilhamos as mesmas experiências. As mulheres vivem, trabalham, lutam e dão sentido às suas vidas em diferentes contextos sociais, no mundo, e entre diferentes grupos de mulheres. Estas diferentes experiências das mulheres são ontologicamente complexas, uma vez que as mulheres não partilham apenas uma realidade material. Uma mesma mulher vive uma multiplicidade de relações de subordinação, podendo ser dominante numa e dominada noutra (Mouffe, 1996: 104). A opressão das mulheres não é simples e não significa que as mulheres não tenham poder. A opressão é um processo complexo e contraditório, no qual as mulheres estão muito raramente sem qualquer poder e no qual usualmente manipulam e utilizam

² / Este seminário foi organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, no âmbito do Programa Mulher (1998-2000) e financiado pela Cooperação Italiana, Movimondo-Molisv. As suas autoras foram Sónia Nhamumbo da UFICS e Paula Meneses da Faculdade de Letras, da UEM.

diversos tipos de recursos - verbais, interactivos e outros - com o objectivo de combater a opressão. Por exemplo, Ifi Amadiume, critica a generalização da opressão a todas as mulheres, em todas as épocas históricas, especialmente as Africanas, partindo dos seus conhecimentos sobre o continente ao sul do Sahara e, em que as mulheres controlavam as actividades ligadas ao mercado, o comércio e determinadas formas de religião relacionadas com a fertilidade da terra e da deusa mãe, num sistema social que designa por matriarcado, ao lado do sistema social do patriarcado, sistemas que coexistem em negociação e tensão (Amadiume, 1987 e 1997; Harding, 1987; Mbilinyi, 1992; Stanley e Wise, 1993; Mulinari, 1995; WLSA, 1997).

Na análise da participação de mulheres e homens nos processos de tomada de decisões, importa salientar alguns aspectos, que nos ajudarão a compreender as intrincadas teias que se tecem:

- A centralidade das mulheres Africanas na produção social;
- A transformação dos mecanismos de controle reprodutivo e as relações íntimas entre produção e reprodução;
- A reorganização da economia doméstica como resultado das políticas coloniais e pós-coloniais sobre a terra e a força de trabalho;
- O desenvolvimento de relações de produção capitalistas;
- A perda gradual de acesso à terra por parte da mulher;
- A migração masculina massiva – sobretudo na África Austral, considerada por Samir Amin a África das reservas de mão de obra – políticas de trabalho, introdução das culturas de rendimento;
- A introdução da economia monetarizada e do consumo forçado de mercadorias;
- O impacto diferenciado do capitalismo em mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens;
- A reorganização e hierarquização das relações dentro da família e do agregado familiar, com a consequente subestimação da contribuição económica da mulher, as estruturas jurídico-políticas existentes e as estratégias de sobrevivência (Bay 1982; Hay and Wright 1982);
- A alocação diferenciada de tarefas com base no sexo e na idade;
- O controle e distribuição diferenciada de produtos, apesar da ideologia dominante em relação à reciprocidade tentar dissimular a tensão crescente entre mulheres e homens no acesso e controle dos bens (Tadesse 1988; Mafege 1992, Kabeer 1995).

As transformações que foram ocorrendo contribuíram para aumentar a sobrecarga do trabalho da mulher e para a modificação das estruturas sociais, sobretudo, no respeitante à compensação matrimonial e ao casamento. O tipo de desenvolvimento capitalista que foi sendo introduzido em África, via colonização, subestimou a produção de subsistência, tanto no sentido físico da estagnação relativa (Mafege 1992), como na avaliação e conceptualização do seu valor. A monetarização produziu alterações em termos do trabalho e do seu conceito – trabalho é o que é pago, passando o trabalho das mulheres a ser considerado improdutivo (Tadesse 1988: 362).

A **autonomia** - como conceito que equaciona a possibilidade ou não que as mulheres têm de tomada de decisões, enquanto mulheres, com direitos e deveres, na família, na comunidade, ou sociedade - é considerada uma categoria básica de análise e acção política do movimento de mulheres. Define, por isso, um caminho próprio, e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres, no seu processo de procura

de melhores condições de vida, para as suas famílias ou comunidades. A autonomia, no sentido de capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura de melhores condições de vida para as mulheres, para os homens, as famílias e as comunidades, refere-se e dinamiza toda uma série de processos, como por exemplo, de individualização, identidade e *empoderamento* (*empowerment*), ou seja, processos de tensão entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo.

A questão da autonomia é fundamental, em África, porque entra, a maior parte das vezes, em choque com o que é considerado o aspecto central da 'cultura africana' - ou seja, a mulher como uma grande mãe, sempre pronta a dar e a nunca receber, a trabalhar e sem tempo para descansar. Esta moralidade, baseada no cuidar do outro, e muito influenciada pelos ideais cristãos, reforça-se com as identidades de base entre as mulheres Africanas e, mesmo que não se trate de mulheres-mães, esta maternidade projectou-se como representação da 'maternidade social' (Henriques s/d ³; McFadden 1998). Mesmo entre mulheres que se consideram feministas, e em que a auto-afirmação pessoal expressa uma busca consciente, a ética do amor próprio convive em tensão com a ética da responsabilidade (Henriques s/d; McFadden 1997 e 1998).

A experiência das mulheres e a socialização diferencial que recebem, prepara-as para desempenharem com diversos códigos, vários tipos de práticas, consolidadas com base na experiência familiar, na doméstica, na comunidade e na experiência das sociedades nacionais e das suas instituições. Na medida em que os códigos nem sempre se correspondem, as mulheres vão ter de assimilar diversos procedimentos para reelaborar códigos e estratégias de acordo com os cenários que se lhes apresentam. Por outro lado, e com base na sua experiência de subordinação e na assimetria das relações interpessoais entre os géneros, as mulheres têm experimentado na maioria das sociedades o que se denominou de 'cultura do subordinado', ou seja, um comportamento em que é preciso estar alerta para o que se espera das mulheres, no sentido de evitar a confrontação (Henriques s/d).

Neste sentido as mulheres podem considerar estratégico evitar situações potencialmente conflituosas com os homens, por reconhecerem que as regras do jogo estão contra elas e pelo facto dos custos da confrontação serem demasiado elevados. A sua segurança, a longo prazo pode, pois, depender da sujeição do seu bem-estar pessoal, para o da figura da autoridade masculina, o que representa uma estratégia consciente ou também uma avaliação do seu valor, em tanto que mulheres (Kabeer 1995: 227).

As investigações levadas a cabo na África sub-Sahariana, na África Austral, e sobretudo em Moçambique, dão conta de transformações significativas ao nível das famílias, numa esfera tão íntima como as relações domésticas (Carney and Walts 1991: 652; Ahonsi 1995; Kabeer, 1995; Staehelin e Müller 1997; Ivala 1998; Sopa 1998, WLSA Moçambique). Estas investigações têm focado nos processos de tensão e de negociação entre os diferentes membros dos Agregados Familiares, no acesso e controle de recursos e poder e, fundamentalmente, no que respeita às relações de género (Guyer 1981; Arnfred 1988, 1990, 1999; McFadden 1990, 1997, 1998; Meena 1992; Sow 1995; Kabeer 1995; Amadiume 1987, 1997; Assié-Lumumba 1997; Waterhouse 1997; Negrão PHD; Perfil de Género 1998; WLSA Moç. 1999; Seminário sobre Famílias, Fac. Letras/CEA/UFICS 1999; Arnfred 1999).

A introdução de culturas de rendimento e a intensificação da agricultura, na África Sub-Sahariana, acabaram por criar relações novas e de tensão entre a agricultura feminina e todo o processo de intensificação da agricultura. *“O trabalho das mulheres não foi deslocado abruptamente pela inovação tecnológica, mas passou a fazer parte duma série complexa de conflitos locais e renegociações sobre as condições de trabalho e as relações no processo de trabalho, o que Guyer designa de ‘processo*

³/ Narda Henriques é coordenadora do programa de Estudos de Género da Pontifícia Universidade Católica do Perú.

contínuo de regatear acerca das transferências e responsabilidades interpessoais em condições de mudança” (Carney e Walts 1991: 654). As transformações que se foram operando obrigaram a uma reorganização no seio dos agregados familiares, em termos de divisão de tarefas, alocação de recursos entre os membros, em função do sexo, idade, e originando uma permanente tensão pela incessante necessidade de balancear as suas necessidades de reprodução e de cooperação (Kabeer 1995; Arnfred 1998, 1999).

A estrutura, funções e práticas quotidianas das famílias e dos seus membros mudaram de modo importante, devido aos impactos de transformações demográficas, sociais e económicas no continente Africano. Estas transformações estão relacionadas com factores endógenos, mas também exógenos – a influência de diversas religiões monoteístas, com diferentes concepções do mundo e do ser humano, a colonização, as diversas políticas de desenvolvimento, seguidas antes e depois da independência dos países Africanos e as políticas de ajustamento estrutural, interagindo de forma dinâmica.

Na maior parte das zonas rurais da África Sub-Sahariana a partilha das horas de trabalho das mulheres, nas suas machambas, excede a dos homens, especialmente no que se refere à sementeira, colheita, transporte de comida e processamento, e confecção da comida para a família. Esta estrutura de trabalho tão rígida deriva da diferenciação de género socialmente construída em termos de obrigações e deveres. Os homens ou migram à procura dum emprego assalariado ou realizam as tarefas de limpeza dos campos, plantam os produtos de exportação, comercializam e geralmente controlam o rendimento da venda dos produtos agrícolas, apesar das tarefas realizadas pelas mulheres na sementeira e na preparação da terra. As mulheres usam geralmente a sua terra para plantar produtos para a família, uma vez que foram assumindo a responsabilidade de alimentar a família, devido às transformações que ocorreram na divisão de tarefas entre mulheres e homens (Ahonsi 1995).

Atendendo a este padrão de responsabilidades, as mulheres foram obrigadas a tomar a seu cargo o trabalho e a gestão dos diferentes aspectos do agregado familiar, sendo as mais activas no manuseamento dos recursos florestais, providenciando uma vasta gama de plantas para o agregado familiar, incluindo o combustível lenhoso (Lopes et al 1995; Cherewa et al 1996). Em muitas partes de África, entre 60-80% de todo o combustível lenhoso é procurado, recolhido e transportado pelas mulheres e raparigas. Esta situação acabou por ter um impacto negativo na disponibilidade de mão-de-obra, tanto para a produção alimentar, como para a comercial. Na medida em que as mulheres ficaram confinadas às culturas de “subsistência”, foram marginalizadas da inovação tecnológica introduzida via culturas de rendimento entrando num ciclo vicioso de múltiplas e diversificadas tarefas, longas horas na produção agrícola e baixo rendimento global. Todavia, não tem sido possível aos agregados familiares manterem-se apenas com uma das fontes de rendimento, o que pode explicar a constatação de que nem os agregados familiares chefiados por mulheres nem os dos trabalhadores migrantes estejam em condições de se reproduzir sem porem em comum os seus recursos (Andrade et al 1984; Jacobson 1992; Mafege 1992: 273-274). Atendendo a esta divisão de trabalho e à importância que foi conferida ao rendimento via salário, o estatuto social do homem depende da contribuição monetária que possa receber.

Todavia e como já referido, a realidade mostra-nos que as estratégias de desenvolvimento seguidas desde o tempo colonial acabaram por marginalizar as mulheres, através da promoção de culturas de exportação, geralmente controladas pelos homens. Esta marginalização foi contribuindo para relações de género desiguais e para um crescimento da população rápido e desigual com consequências ambientais e alimentares sem precedentes (Carney & Walts 1991; Kabeer 1995).

Os estudos levados a cabo no âmbito do “Perfil de Género da Província de Nampula” e pelo “Cruzeiro do Sul Trust Fund”, durante o primeiro ano de actividade, chamaram a atenção para uma diversidade de aspectos, entre os quais se destaca a necessidade de um desenvolvimento balanceado no género, para que a mulher não continue a ser marginalizada no processo de tomada de decisões económicas, sociais e familiares (Ivala 1998; Viegas 1998; Sopa 1998).

Na Província de Nampula, o cultivo forçado do algodão, no tempo colonial, afectou toda a organização da agricultura e da vida do campo. Tratava-se dum sistema baseado na coerção, ameaça e detenção dos camponeses e na utilização intensiva tanto da terra como da mão-de-obra. Esta cultura intensiva tornou os camponeses dependentes do mercado, sem contudo ligar a produção à evolução da produtividade da terra ou do trabalho, com a consequente degradação dos solos, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, e uma experiência mínima de cooperação social entre os camponeses (CEA 1986: 87; Cruzeiro do Sul 1998). Obrigou também, em algumas regiões de Moçambique, a uma alteração nas culturas alimentares – por exemplo, do milho para a mandioca, porque esta última exige menos tempo de trabalho e não requer solos especiais, mas é menos nutritiva – uma vez que as mulheres se viram obrigadas a apoiar os seus maridos nas plantações ou machambas dos colonos, para que estes pudessem receber as remunerações referentes ao dia de trabalho ou à tarefa consignada (Young 1977).

A partir de 1960, com o desenvolvimento da cultura familiar do cajueiro e da comercialização da castanha, novas mudanças abalaram a organização clânica na província de Nampula. A importância sócio-económica do cajueiro para a unidade familiar, fez com que esta cultura fosse controlada pelos homens, tornando-se sua propriedade e herança. Esta situação atribuiu ao homem um estatuto especial como produtor, originando formas de casamento virilocal, uma família mais individualizada e afastada do *nihimo* matrilinear (Perfil de Género 1998; Cruzeiro do Sul 1998: 33).

As políticas seguidas depois da independência de Moçambique, em 1975, em termos de socialização do campo, via aldeias comunais, machambas do povo e cooperativas, como forma de acumulação de riquezas, levou as populações a abandonar, ou a ser obrigadas a abandonar as zonas residenciais e de produção o que, com o tempo, originou uma crise produtiva com consequências desastrosas em termos alimentares, de rearranjo dos poderes locais, de relações entre mulheres e homens e com os jovens com características diferentes. Se a esta situação juntarmos a guerra de desestabilização que deslocou cerca de 1/3 da população, poderemos entender quão brutais têm sido as transformações verificadas neste último século em Moçambique.

A população Makwa, em Nampula, originalmente de filiação matrilinear e matrilocal, tem experimentado transformações no sentido dum casamento virilocal, com implicações para os direitos da mulher, no seu acesso e controle de recursos e poder, sobretudo em relação ao acesso à terra e aos rendimentos. Contudo, mais investigação é necessária no sentido de entender as razões e a dimensão destas transformações, em diferentes zonas de Nampula, ou seja, na costa, no centro e no interior, para além da capital da província. Importa saber porquê, quando e como o sistema capitalista na província de Nampula, influenciou ou não, diferentes instituições no passado – nomeadamente a da família - e como afectou o quadro institucional e as relações de género no seio das famílias e na comunidade.

O quadro institucional no passado era sobretudo caracterizado por um sistema de parentesco matrilinear e pelo casamento matrilocal⁴, de acordo com alianças de

⁴ / Investigações realizadas no âmbito do Projecto “A Situação Legal da Mulher em Moçambique”, em Nampula (Posto Administrativo de Natiquire e Distrito de Morrupula, em 1992-94, em relação à Sucessão e Herança, fazem referência a casamentos patrilocais, quando a mulher se casava com um chefe.

casamento entre as linhagens, as quais permitiam a minimização dos riscos de reprodução social. As transformações ter-se-iam verificado devido a diversos factores – endógenos e exógenos -, desde a monetarização da economia (Lupi 1907), ou por influência do islamismo (Galha 1956), até à urbanização, encontrando-se a sociedade num processo de mudança, em relação ao casamento, sobretudo a partir dos anos 60, com o desenvolvimento da cultura familiar do cajueiro e da comercialização da castanha (Perfil de Género 1998: 4).

O colonialismo contribuiu em grande medida para as principais alterações (Perfil de Género, 1988). Todavia, e apesar de indicações no sentido de quase 50% de casamentos virilocais (Marshall 1993; Pitcher 1996), não é possível generalizar esta tendência, uma vez que os estudos abrangeram apenas algumas zonas da província. Mesmo na análise realizada no “Perfil de Género”, se refere que “... *a terra é ainda transmitida entre/e pelas mulheres. A obrigatoriedade de fixação do novo casal nas terras dos familiares da noiva é ainda frequente*” (Marshall 1993). Pitcher “... *afirma, a partir de investigação efectuada em outros locais de Nampula, que a herança por via matrilinear e a residência uxorilocal se mantêm ...*”, mas que, em Netia, num estudo realizado nas 4 maiores propriedades, com mais de 12 ha, “... *nenhuma delas foi obtida pelos meios da herança matrilinear, o que revela a presença de herança patrilinear da terra e residência virilocal, ou por outros meios de aquisição*” (Staehlin e Müller 1997: 40; Pitcher 1996: 99).

De acordo com um estudo realizado recentemente por Signe Arnfred no distrito de Ribaué:

“a terra é considerada como pertencente às mulheres, e a sucessão orienta-se pela linha uterina. A terra cultivada pelos pais será herdada pelas filhas, e o espaço dos filhos na terra das suas mulheres. Anteriormente esperava-se que os genros depois do casamento trabalhassem nos campos das mães das mulheres – o que os bons genros ainda fazem, apesar de não ser mais uma obrigação. Excepções à residência matrilocal são muitas vezes observadas, mas diz-se que tais excepções são de natureza temporária. Actualmente o que se pratica é um sistema de uso da terra altamente flexível, com empréstimos frequentes e empréstimos de terra. Um pedaço de terra pode pertencer à família X, mas se não está a ser utilizada, e se alguém pede para utilizar, não se deve negar tal permissão. Todos devem ter acesso a terra suficiente e de qualidade decente por forma a alimentarem-se a si e aos seus dependentes. O que encontrei em Mecuassee (localidade do distrito) foi sobretudo mobilidade e flexibilidade em relação à terra e quase inexistência de conflito” (Arnfred 1999: 1-2).

Importa, pois, conhecer: os motores que contribuíram para as transformações nas famílias e na comunidade – monetarização da economia, religiões hegemónicas e monoteístas, nuclearização da família, colonialismo, urbanização; as implicações das transformações para a situação das mulheres e para as relações de género, dentro de famílias e comunidades concretas; as possibilidades de renegociação das mulheres perante as novas situações: as diferentes identidades femininas e formas de poder das mulheres, em sociedades de filiação matrilinear, que se mantiveram ou mudaram, num processo de rupturas e continuidades, tendo como ponto de partida diversos estudos realizados no continente Africano (Amadiume 1987, 1997). Estes estudos enfatizam a prevalência de formas diversas de autoridade feminina, em sociedades matrilineares, com destaque para o papel da mulher nos rituais de iniciação e para a sexualidade feminina, como uma forma de poder (Ardener (ed) 1975; Hafkin e Bay (eds) 1976; Amadiume 1987, 1997; Arnfred 1999).

Ao abordar a questão do desenvolvimento, a zambiana Sara Longwe propõe uma reconceptualização do conceito, o qual deverá ser pensado em termos de participação nas decisões que afectam o acesso e controle das pessoas sobre os recursos, e não apenas no que respeita ao acesso aos recursos, à formação, educação ou poder (1990). Todavia, o processo de participação na tomada de decisões é moroso, implica negociação e conflito entre os vários actores em presença. Este processo está relacionado com as experiências de participação ao nível dos agregados familiares e comunidades, dos seus diferentes membros, mulheres, homens, jovens, e depende da economia política de cada região e dos momentos históricos. Num outro documento (1992), Longwe sugere algumas estratégias de intervenção, no relacionamento entre os países do Norte (que designa por NORDIA, “doadores”) e os do Sul (SUNDIA, “receptores”), conducentes ao *empoderamento/potenciação* das mulheres, nomeadamente: Estratégia de Consentimento; Estratégia de Adaptação; Estratégia de Desafio Ajustada; Estratégia de Apoio Institucional; Estratégia de Apoio à Rede de Trabalho; e Comunicação com os Parceiros.

A *Estratégia de Consentimento* consiste em tomar como ponto de partida a desigualdade entre mulheres e homens e trabalhar com vista à sua transformação. Neste caso, as intervenções dever-se-ão basear em projectos de tipo humanitário e não de programas de assistência ao desenvolvimento. A *Estratégia de Adaptação* prevê a compreensão da existência de relações de género patriarcais e propõe a realização de projectos que não reforcem a dominação masculina ou a introdução de novas desigualdades, que sobrecarreguem o trabalho da mulher e conduzam a um menor controle dos recursos e poder. A *Estratégia de Desafio Ajustada* prevê a intervenção num aspecto particular da subordinação da mulher, em que a igualdade de oportunidades e o *empoderamento* sejam os aspectos centrais para o sucesso do projecto ou programa. A *Estratégia de Apoio Institucional* propõe o apoio à formação e acompanhamento de cada instituição ou organização que esteja relacionada com um programa de *empoderamento* das mulheres – por exemplo, realização de investigação-acção com vista à reforma legal, assistência técnica a um Ministério, Direcção Provincial, Distrital ou Administração de Localidade, Conselhos Locais de Gestão, etc.. A *Estratégia de Apoio à Rede de Trabalho* faz referência ao apoio às redes de trabalho, que as mulheres organizam com vista ao seu *empoderamento* e no sentido de visibilizar e legitimar a troca de informações e dos esforços colectivos – por exemplo, nas redes de inter-ajuda, nas organizações de mulheres, nas associações de camponeses, cooperativas, organizações religiosas, culturais, de tipo informal ou não. Finalmente, a *Estratégia de Comunicação com os Parceiros* pressupõe a existência de canais de comunicação livres, nos dois sentidos, ou seja, igualdade entre doadores e as organizações. O papel dos doadores não deve ser impositivo, mas no sentido de apoiar as iniciativas locais. Como refere a autora, “...há barricadas, mas é necessário que sejamos honestos acerca da natureza das mesmas” (Longwe 1992: 9-12).

Neste sentido, fala-se de comparticipação no poder e não de controle de poder e de recursos. Este processo de participação pode conduzir mulheres e homens a uma visão de desenvolvimento que, partindo da crítica das práticas existentes, tem o potencial de fornecer um novo conjunto de alternativas à modernização e ao desenvolvimento (Arnfred 1990; Scott 1995; Kabeer 1995; Davison 1997; Casimiro 1999).

Ainda nas palavras de Arnfred:

“o poder feminino e masculino aplica-se em diferentes aspectos na sociedade em Ribaué. O poder das mulheres está ligado às cerimónias, aos espíritos ancestrais, à comida e à

fecundidade – e o poder masculino tem a ver (entre outros) com culturas de rendimento e dinheiro. De acordo com os economistas, seria mais ‘racional’ para os camponeses de Ribaué utilizar a terra e o trabalho para culturas de rendimento, deste modo obtendo dinheiro para a compra de comida importada. Esta ideia é excessiva e absurda no momento – mas é evidente que contém a lógica do ‘desenvolvimento’. No contexto da interpretação acima referida a propósito das áreas de poder femininas/masculinas, as consequências de tal desenvolvimento para um poder balanceado no género não são difíceis de verificar. Visibilizar (e reconhecer, acrescentaria) áreas de poder ‘genderizadas’ é uma pre-condição para analisar as implicações em termos de género das linhas de ‘desenvolvimento’ e, principalmente para um pensamento criativo em relação a alternativas possíveis” (Arnfred 1999: 2).

Importa todavia salientar que a relação Estado/sociedade, em Moçambique, tem sido muito complexa. Esta relação conturbada é visível quando as mulheres, a nível nacional, pretendem abrir espaços para maior participação política - garantindo os direitos humanos, promovendo maior transparência governamental e institucionalizando o pluralismo e a democracia política, o reconhecimento das diferenças, das diversas modalidades de participação. Situação verificada quando se reclama uma cidadania mais activa, mais participativa, e que tenha em conta as diferentes contribuições das mulheres, os diferentes contextos em que vivem mulheres e homens, as experiências diversas de diferentes tipos de participação, de acordo com as situações vividas, as estratégias de reprodução das famílias, as pessoas envolvidas, as relações com o meio e com outros membros familiares, as relações de força, a economia política da região, as políticas de desenvolvimento seguidas. Entretanto, a tensão não resulta tanto das mulheres se auto-excluírem dos movimentos por relações mais democráticas.

As relações complexas e contraditórias entre os movimentos de mulheres e os ideólogos do multipartidarismo, são mais reveladoras das suas limitações do que da falta de 'engajamento' político das mulheres. Uma das questões centrais desta tensão, está relacionada com o próprio conceito de política, de **participação**. A mobilização das mulheres assume características que escapam às definições convencionais de activismo político, o que significa que a sua participação não é considerada, traduzindo-se na percepção de que os principais actores sociais são os sindicatos, as igrejas, os estudantes, ou os funcionários públicos, e não os movimentos de mulheres, invisíveis e inqualificáveis (Mulinari, 1995; Tripp, 1996). Ao discutir o papel que as mulheres negras americanas desempenharam na construção dos seus lares, bell hooks (1990) afirma que, apesar de se ter reconhecido o papel por si desempenhado, tal gesto não foi assumido como um reflexo da sua escolha, mas sim como resultado do seu papel natural, num contexto de pobreza e racismo. Este problema complica-se quando as mulheres entram no mundo político através dos seus papéis como mães e esposas, uma vez que se assume que estas actividades não são políticas.

Acontece que a maioria das mulheres tem de lutar contra as condições de opressão, tem de desenvolver estratégias de sobrevivência colectivas, ao mesmo tempo que defende os seus filhos, o seu agregado familiar. Estas suposições conduzem-nos para uma diferente interpretação das mulheres, que entram na política através dos papéis tradicionais de género, e não como **actoras** na base de decisões políticas ⁵. É-nos

^{5/} A este propósito nunca será de mais referir o exemplo das Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, clamando pelos seus "filhos desaparecidos nos meandros sórdidos da ditadura argentina" que "desmentiam assim uma espécie de maldição que pesa sobre as mulheres, acusadas sempre, em política, de favorecer o lado conservador." (de Oliveira, 1991: 133-134), ou da peça de teatro "Amor vem", do grupo teatral Mutumbela Gogo, de Moçambique, em que se apelava à greve de sexo, por parte das mulheres, enquanto a guerra não acabasse.

apresentada uma imagem de mulheres como actoras na esfera da necessidade, e não na da ética e da escolha política. A *naturalização* do político retira à maioria das mulheres as suas escolhas políticas individuais e colectivas, bem como a sua prática política de construir espaços novos, como por exemplo, um agregado familiar ou uma comunidade num bairro. A política central dum bairro, por exemplo, é o processo de construção duma comunidade. Esta construção baseia-se num trabalho político árduo e *genderizado* (em que as relações sociais mulher/homem estão presentes e são tomadas em consideração, na análise) - ou seja, o trabalho político silencioso das mulheres. A luta colectiva das mulheres em muitas comunidades pobres, não é em torno da sobrevivência, mas do significado da sobrevivência, numa *praxis* política mais vasta (Mulinari 1995: 52-53).

Parece que a alteração das múltiplas responsabilidades cometidas às mulheres bem como duma participação mais activa, visível, legitimada e balanceada no género, passa por:

- a mulher ter acesso livre à terra, garantido por lei;
- no reconhecimento, valorização e legitimação do trabalho que realiza ao nível do agregado familiar;
- no envolvimento central da mulher na gestão e controle de programas e projectos de recuperação agrícola e ambiental, que vão de encontro às necessidades locais, que não se distanciem dos locais de residência, que não a sobrecarreguem, e que originam rendimento através da venda de produtos. Estes programas poderão contribuir para a negociação entre mulheres e homens, a nível da família, num contexto de tensão (Braidotti et al 1994);
- no acesso das mulheres a culturas de rendimento alternativas e a outras fontes de energia, bem como a uma redistribuição justa pela sua contribuição;
- na existência de projectos sociais – saúde, educação, justiça – que garantam os seus direitos fundamentais, melhorem a sua qualidade de vida e que não sobrecarreguem a mulher com as tarefas que a sociedade lhe foi atribuindo, de acordo com os padrões culturais existentes;
- no reconhecimento dos seus direitos, garantidos pelas normas costumeiras e pela lei formal (Ahonsi 1995; Kabeer 1995).

Os Conselhos Locais de Gestão de Recursos, constituídos por representantes, mulheres e homens, das comunidades locais, do sector privado, das associações e das autoridades locais do Estado⁶, podem vir a constituir um espaço de debate e de exercício duma cidadania mais plena e activa. A sua criação visa a protecção, conservação e a promoção do uso sustentável dos recursos florestais e faunísticos.

Estes Conselhos Locais podem vir a constituir os foruns adequados para uma participação dos diferentes actores em presença, apesar do número de mulheres ser diminuto, com regras do jogo indefinidas e numa relação manifestamente desigual. Por isso urge definir e clarificar a força e a capacidade de decidir destes Conselhos. Apesar de constituírem instituições com características patriarcais e de diálogo entre pessoas com interesses diferentes e muitas das vezes antagónicos, são as possíveis neste contexto histórico. A sua característica endógena e em torno de problemáticas locais são vantagens que podem permitir às mulheres e também aos homens construí-los e moldá-los de acordo com os interesses dos grupos mais vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA

⁶/ Lei nº10/99, de 7 de Julho, Lei de Florestas e Fauna Bravia, e respectivo Regulamento; Lei nº17/97, de 1 de Outubro, Lei do Ambiente, para além da Lei de Terras, a Lei dos Princípios e Normas de Organização e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado (anteprojecto), e o conceituado no Código Civil de 1968 (ainda que bastante desajustado).

- Ahonsi, Babatunde A. 1995 "Gender Relations, Demographic Change and the Prospects for Sustainable Development in Africa". In: *Africa Development* Vol. XX, Nº 4, pp. 85-132.
- Akeroyd, Anne V. 1991 "Gender, Food Production and Property Rights: Constraints on Women Farmers in Southern Africa". In: Afshar, Haleh (ed) *Women, Development and Survival in the Third World*, Longman, London and New York, printed in Singapore, pp. 139-171.
- Amadiume, Ifi 1997 *Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture*. Zed Books Ltd, London & New York.
- Arnfred, Signe 1995 "Conceptualizing Gender", International Development Studies, University of Roskilde.
- Arnfred, Signe 1988 "Women in Mozambique: Gender Struggle and Politics". In: *Review of African Political Economy* (Socialism, Democracy and Popular Struggles), pp. 5-16.
- Arnfred, Signe 1990 "Notes on Gender and Modernisation - examples from Mozambique". In: S. Arnfred & Bentzon (eds) *The Language of Development Studies*. Copenhagen: New Social Science Monographs.
- Arnfred, Signe 1990 "Reflections on family forms and gender policy in Mozambique". Mimeo.
- Arnfred, Signe 1999 "Gendered Transformations: Female Authority and Sexuality in Post-Conflict Mozambique", Drafting a discussion with feminist theory (proposta de investigação, em filiação com o CEA).
- Assié-Lumumba, N'dri Thérèse 1997 "Women, economic crises and food production in Africa". In: *ECHO* (Bilingual Quaterly Newsletter of the Association of African Women for Research and Development, AWARD/AFARD). New Serial Nº 1, Special 20th Anniversary, Dec. 1997, Dakar, Sénégal, pp. 20-28.
- Braidotti, R., E. Charkiewicz, S. Hausler and S. Wieringa 1994 *Women, the Environment and Sustainable Development: Towards a Theoretical Synthesis*, London, Zed Books (for INSTRAW).
- Bay, Edna G. (ed) 1982 *Women and Work in Africa*. Boulder, Col., Westview Press Inc..
- Casimiro, Isabel; Loforte, Ana; Pinto, Ana Pessoa 1992 *Women in Mozambique*. CEA/UEM/NORAD, Maputo.
- Casimiro, Isabel 1986 *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74* (Tese de Licenciatura em História). Dpto de História, Faculdade de Letras, UEM, Maputo.
- Casimiro, Isabel 1999 "'Paz na Terra, Guerra em Casa'. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique". Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Carney, Judith and Michael Watts 1991 "Disciplining Women? Rice, Mechanization and the Evolution of Mandinka Gender Relations in Senegambia". In: *Signs*, Vol. 16, Nº 4, The University of Chicago, pp. 651-681.
- Casas, M^a Isabel, Terezinha da Silva, Ana Loforte e Margarita Mejia 1998 *Perfil de Género da província de Nampula – Relatório da Revisão da Bibliografia*. Embaixada do Reino dos Países Baixos, Maputo-Nampula, Abril.
- Centro de Estudos Africanos 1994 *Direito a Sucessão e a Herança*. Projecto de Investigação " A Mulher e a Lei na África Austral" (PSLM/WLSA), DEMEG, UEM, Maputo.
- CEA 1986 "A Transformação da Agricultura Familiar na Província de Nampula" – Projecto de Estudo sobre a Produção de Algodão na Província de Nampula. CEA Relatório Nº 80/3, reedição de 1986, Maputo.
- Cherewa, Dionísio, Adelino Z. Ivala, Atílio C. Armando 1996 "Perfil Ambiental da Cidade de Nampula", HABITAT, Nov., Maputo.
- CODESRIA 1992 *Ciências Sociais em África - Alguns Projectos de Investigação*. Dakar.

- Cruzeiro do Sul Trust Fund 1998 "Projecto Seguimento do Programa Estratégico de Nampula", Relatório Ano I, Versão preliminar, Novembro, Maputo.
- Cruzeiro do Sul Trust Fund 2000 "Seminário com os membros da Equipa", Maputo, 22-23 Janeiro.
- Davison, Jean 1987 "Gender Relations of Production in Collective Farming in Mozambique: Case Studies from Sofala Province". *Institute for Research on Women and Gender*. Stanford University, Working Paper #153, 16 pp.
- Davison, Jean 1997 *Gender, Lineage, and Ethnicity in Southern Africa*, Westview Press, Oxford.
- Direcção Provincial do Plano e Finanças de Nampula 1996 "Província de Nampula "DRS". Relatório Preliminar do Diagnóstico dos Recursos Sectoriais", Proj. Moz/96/009, Nampula.
- Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*, CODESRIA, Dakar.
- Faculdade de Letras/CEA/UFICS 1999 "Seminário sobre 'Famílias: Solidariedades e Hierarquias", UEM, Maputo 3-4 Novembro.
- Freyre, Heidi Monica Albernás 1995 "Informação sobre a População Macua no distrito de Mecubúri, província de Nampula", *Centro de Estudos da População*, UEM, Ref. CEP/95/007/Doc. 3).
- Galha, Enrique Tenreiro 1956 *Os povos de Boila: Monografia etnográfica*, Lourenço Marques.
- Geffray, Christian e Pedersen, Mogens 1985 "Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no distrito do Eráti: processo de socialização do campo e diferenciação social". Maputo, mimeo.
- Geffray, Christian 1990 *A causa das armas. Antropologia de uma guerra civil*. Paris: CREDU - Karthala.
- Geffray, Christian 2000 *Nem pai nem mãe. Crítica do parentesco: o caso macua*. Editorial Ndjira, Colecção Estudos Africanos, Lisboa.
- Guyer, Jane, I. 1981 "Household and Community in African Societies". In: *African Studies Review*, Vol. XXIV, N°s 2/3, June/September, pp. 87-137.
- Hay, Jean and Marcia Wright (eds) 1982 *African Women and the Law: Historical Excursions and Incursions*. (Boston University Papers on Africa), Boston, Mass. African Studies Center.
- Hay, Margaret Jean 1986 *Queens, Prostitutes and Peasants: Historical perspectives on African Women, 1971-1984*. African Studies Center, Working Papers, Boston University, pp. 1-17.
- Hay, Margaret Jean & Stichter (eds) 1995 *African Women South of the Sahara*. Longman Group Ltd, 2ª edição, Londres.
- Henriquez, Narda (s/d) "Ciudadanas del nuevo mundo: identidades escindidas". Centro Flora Tristán, Perú (Internet).
- hooks, bell 1989 *Talking Back: Thinking Feminist - Thinking Black*. Sheba, New York.
- Imam, Ayesha Mei-Tje 1988 "The Presentation of African Women in Historical Writing". In: S. Jay Kleinberg (ed) *Retrieving Women's History - Changing Perceptions of the Role of Women in Politics and Society*. BERG/UNESCO, pp. 30-40.
- Imam, Ayesha M. 1997 "Engendering African Social Sciences: An Introductory Essay". In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*. CODESRIA, Dakar, 23 pp., mimeo.
- Ivala, Adelino Zacarias 1998 "As mulheres na autoridade tradicional "Makhuwa". Documento preparado para o Perfil de Género da província de Nampula, janeiro.
- Jacobson, Ruth 1999 "Complicating 'complexity': integrating gender into the analysis of the Mozambican conflict". In: *Third World Quarterly*, Vol. 20, N° 1, pp. 175-187.

- Kabeer, Naila 1995 *Reversed Realities – Gender Hierarchies in Development Thought*, Verso, London, New York.
- Lastarria-Cornhiel, Susana 1997 “Impact of Privatization on Gender and property Rights in Africa”. In: *World Development*, Great Britain, Vol. 25, Nº 8, pp. 1317-1333.
- Longwe, Sara Hlupekile 1990 “From Welfare to Empowerment. The Situation of Women in Development in Africa: A Post UN Women’s Decade Update and Future Directions”. Wid Series working papers Nº 204, Michigan State University, Ann Arbor.
- Longwe, S. H. 1992 “ Para uma melhor comunicação Norte-Sul sobre o desenvolvimento das mulheres: Evitar as barricadas da resistência patriarcal”. Preparado para o Seminário sobre “Planeamento e Estratégias de Género”, Organizado por WIDE/NCOS/VENA, Dublin, 29 Fevereiro.
- Lopes, Leonel, Manuel Araújo, Kim Hermind 1995 “Perfil Ambiental da Cidade e do Distrito de Nampula”, Centro de Estudos da População, UEM, Maputo.
- Lopes, Leonel e Clara Ribeiro dos Santos 1996 “Inquérito Demográfico, de Saúde e Aspectos Sócio-Económicos da família, na cidade e distrito de Nampula”, CEP, UEM, Embaixada do Reino dos Países Baixos (PROL), Maputo, 151 pp.
- Lupi, Eduardo do Couto 1907 *Angoche: Breve memória sobre uma das capitánias-móres do distrito de Moçambique*, Lisboa.
- Mafeje, Archie 1992 "Agregados e Perspectivas de Relançamento da Agricultura na África ao Sul do Sahara". In: *Ciências Sociais em África: Alguns Projectos de Investigação*. CODESRIA, Dakar, Senegal, pp. 231-281.
- Mamdani, M; Mkandawire, T. & Wamba-dia-Wamba 1992 "Movimentos Sociais, Mutações Sociais e Luta pela Democracia em África". In: CODESRIA, *Ciências Sociais em África - Alguns Projectos de Investigação*. Dakar, pp. 65-90.
- Marshal, Judith e Otto Roesh 1993 “The ‘green zones’ agricultural cooperatives of Nampula city: A new phase in the mozambican cooperative movement?”. In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 19, Nº 2, pp. 240-272.
- Medeiros, Eduardo 1985 "Evolução de algumas instituições sócio-familiares". In: *Cadernos de História*. Boletim do Dpto de História, Fac. de Letras, UEM, Nº 1, Maputo.
- Medeiros, Eduardo 1985 *O Sistema Linhageiro Macua-Lomwe*. Fac. de Letras, UEM, mimeo.
- Meena, Ruth (ed.) 1992 *Gender In Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issue*. SAPES BOOKS, Harare.
- Meena, Ruth 1992 "Do Women Have na Agenda in the Struggle for Democracy in Southern Africa?". *SAPEM - Southern Africa Political and Economic Monthly* 5, 8: 39-42.
- Meena, R. 1992 “Women and Sustainable Development”. In: *Southern Africa Political and Economic Monthly (SAPEM)*, 5 (10), pp. 38-41.
- Meitzen-Dick, Ruth S., Lynn R. Brown, Hilary Sims Feldstein e Agnes R. Quisumbing 1997 “Gender and Property Rights: Overview”. In: *World Development*, Great Britain, Vol. 25, Nº 8, pp. 1299-1302.
- Ministério do Plano e Finanças 1994 *Moçambique: A Mulher e o Homem nas Estatísticas Básicas*. Direcção Nacional de Estatística, Unidade de População e Planificação, Maputo.
- Mondlane, Eduardo 1995 *Lutar por Moçambique*. Colecção “Nosso Chão”, CEA, UEM, Maputo.
- MULEIDE 2000 “Seminário sobre a participação comunitária da mulher na reforma da Lei da Família”, Maputo, 27-28 Janeiro.
- Mulinari, 1997 "Third World Women and Discourses of Domination". In: Signe Arnfred (ed) *Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies*. International Development Studies, Roskilde University, Occasional Paper Nº 15, Roskilde, pp. 31-55.

- Negrão, José 1996 "One Hundred Years of African Rural Family Economy" (Tese de Doutoramento), Lunds Universitet/Reprocentralen, Lund.
- Negrão, José 1998 "Homens e Mulheres na Agricultura – Mitos e Realidades". In: Loforte, Ana e M^a José Arthur (eds) *Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*, DAA, Faculdade de Letras, UEM/Friedrich Ebert e SAREC, Maputo, pp. 17-25.
- O'Laughlin, Bridget 1992 "A Base Social da Guerra em Moçambique - Análise de 'A causa das armas em Moçambique - Antropologia de uma guerra civil", de C. Geffray, Paris: CREDU - Karthala, 1990, in: *Estudos Moçambicanos* nº 10, CEA, UEM, Maputo, pp. 107-142.
- O'Laughlin, Bridget 1995 "Myth of the African Family". In: Bryceson, B.F. (ed) *Women wielding the hoe: Lessons from rural Africa for feminist theory and development practice*, Berg Publishers, Oxford/Washington D.C..
- Pitcher, M. Anne 1996 "Conflict and cooperation: gendered roles and responsibilities within cotton households in Northern Mozambique". In: *African Studies Review*, Vol. 39, Nº 3, pp. 81-112.
- Pitcher, M. Anne 1997 "Disruption without transformation: Agrarian relations and livelihoods in Nampula Province, Mozambique 1975-1995". In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 24, Nº 1, pp. 115-140.
- Potash, Betty 1992 "Las Relaciones entre los Géneros en Africa Sub-Sahariana". In: *Espejos y Travesías (Antropología y Mujer en los 90)*, ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, Nº 16, Santiago de Chile, pp. 125-147 e 162-169.
- PNUD 1998 *Moçambique. Paz e crescimento económico: Oportunidades para o desenvolvimento humano. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano*. Maputo.
- Raimundo, Inês Macamo 1997 "Género e Ambiente na cidade e distrito de Nampula", MICOA, Direcção de Planificação e Estudos, Departamento de Género, Maputo, 67 pp.
- SAFERE 1995 "The Gendered Politics of Land", - *Southern African Feminist Review*, SAPES BOOKS, Harare, Vol. 1, Nº 1.
- Schrijvers, Joke 1991 "Autonomy as policy: A matter of boundaries?". In: W. van Zanten (ed) *Across Boundaries: Women's Perspectives*. Research and Documentation Center Women and Autonomy, Leiden.
- Scott, Joan 1989 *Gender: An Useful Category of Historical Analysis. Gender and Politics of History*. New York, Columbia University Press.
- Scott, Catherine V. 1995 *Gender and Development. Rethinking Modernization and Dependency Theory*. Lynne Rienner Publishers, USA.
- Sen, Gita e Crown, Caren 1988 *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: Perspectiva das Mulheres do Terceiro Mundo*. Co-Edição Editora Espaço e Tempo e DAWN/MUDAR, Rio de Janeiro, Brasil.
- Sow, Aminata 1995 "L'Intérêt de l'analyse du genre dans la relation économique entre la femme rurale et son environnement: le cas de Niadiène en Moyenne Casamance". In: *Africa Development* Vol. XX, Nº 4, pp. 29-50.
- Staehelin, Liselotte e Bárbara Müller 1997 "'Uma vida boa' – Perspectivas locais de desenvolvimento em nametil, Mecubúri", Cooperação Suíça, Projecto Mecubúri MOZ-44, Abril, Maputo.
- Tadesse, Zenebeworke 1988 "Breaking the Silence and Broadning the Frontiers of History: Recent Studies on African Women". In: S. Jay Kleinberg (ed) *Retrieving Women's History - Changing Perceptions of the Role of Women in Politics and Science*. Berg/UNESCO, pp. 356-364.
- Vargas, Virginia 1997 "Reflexiones en torno a los procesos de autonomia y la construccion de la ciudadanía feminina en la región". *Centro Flora Tristán, Perú* (Internet).

- Waterhouse, Rachel 1997 “Gender Relations and Changing Land Tenure Patterns in Southern Mozambique: A Case Study of Ndixe Village, Marracuene District, Maputo Province”, Action Aid: Gender and Land Research and Advocacy Programme
- Waterhouse, Rachel 1999 “Gender Difference in the Resolution of Conflicts over, or involving Land: A case study from Marracuene District, Southern Mozambique”. Gender Working Group – Campanha Terra/Action Aid, Maputo, 20 Outubro.
- WLSA 1992 *O Direito a Alimentos e a Mulher em Moçambique: estudo de caso na região Sul*. DEMEG, CEA, UEM. Maputo
- WLSA 1994 *Direito à Sucessão e Herança: Moçambique*. DEMG, CEA, UEM. Maputo.
- WLSA (s/d) *Standing at the cross roads - WLSA and the Rights Dilema: Which way do we go*. WLSA, Harare.
- WLSA (s/d) *Changing Families Changing Laws*. Working Paper N° 9, WLSA, Harare.
- WLSA 1998 *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique*, DEMG, CEA, UEM, Maputo.
- Young, S. 1977 “Fertility and Famine: Women’s Agricultural History in Southern Mozambique”. In: R. Palmer and N. Parsons (eds) *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, Heinmann, London.
- Zeleza, P.T. 1993 *A Modern Economic History of Africa, Vol. 1: The Nineteenth Century*, dakar, CODESRIA Books Series.
- Zeleza, Paul Tyambe 1997 *Manufacturing African Studies and Crises*. CODESRIA Book Series, Dakar.